

FAO, movimentos sociais e governo querem Reforma Agrária na agenda mundial

*Verena Glass - Carta Maior
09 de novembro de 2005*

Evento preparatório da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da ONU sinaliza uma aproximação estratégica entre FAO, governo e movimentos para recolocar reforma agrária como mecanismo imprescindível do desenvolvimento rural.

Vinte e sete anos depois da primeira e única Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural da ONU, que ocorreu em 1979, a FAO, organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação, se prepara para recolocar esta temática na agenda mundial. Desta vez, como mecanismo fundamental para a garantia da segurança alimentar, da promoção da justiça no campo e da sustentabilidade ambiental.

Acatando uma proposta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Brasil, o órgão promove, de 7 a 10 de março do ano que vem, a II Conferência Internacional em Porto Alegre. Antes disso, porém, um processo de debates entre FAO, governo e movimentos sociais deve estabelecer as bases da posição brasileira a ser levada para o evento.

Uma prévia desta articulação, promovida pelo Itamaraty, MDA e FAO em forma de uma oficina de três dias em Brasília, reuniu nesta quarta (8) os ministros Miguel Rosseto (MDA), Marina Silva (Meio Ambiente), Luis Dulci (Secretaria Geral) e José Fritsch, o embaixador e ministro interino da Relações Exteriores, Samuel Pinheiro Guimarães, os diretores da FAO Parviz Koohafkan, Flavio Perri e José Tubino, e dirigentes dos movimentos sociais como o MST, MLST, Contag, e os Movimentos de Seringueiros, de Mulheres Agricultoras e de Pequenos Agricultores, entre outros.

A justificativa desta iniciativa, explica Koohafkan, diretor da divisão de desenvolvimento rural da FAO, é, por um lado, preparar a estratégia para pautar a comunidade internacional sobre a indivisibilidade do conceito de reforma agrária ou democratização do acesso à terra e da luta pela redução da pobreza e da segurança alimentar, e por outro, da importância da participação dos movimentos sociais do campo no debate sobre políticas para o setor.

Conflito de concepções

Sem avaliar concretamente os resultados destes três anos da gestão de Lula na questão da reforma agrária e campos correlatos, a tônica do discurso dos ministros presentes ao evento desta quarta, considerados os mais próximos no governo aos setores populares, foi extremamente enfática na defesa de mudanças na estrutura fundiária e no modelo agropecuário brasileiros, considerados o principal fator da desagregação social, econômica, ambiental e cultural no campo.

Segundo o embaixador Pinheiro Guimarães, o processo histórico de concentração de terras e da renda pelo latifúndio é hoje o principal responsável pelas disparidades sociais do meio rural, um contra-senso se levado em conta o fato de que a agricultura familiar é muito mais eficiente do que o agronegócio na produção de alimentos e, em última instância, no combate à fome e à miséria, grande bandeira do país no exterior. Para o diplomata, neste momento é fundamental que o Brasil garanta internamente não apenas a distribuição de terras e de renda, mas os direitos humanos dos trabalhadores rurais para que se fortaleça também a nível internacional.

A contraposição entre o conceito de sustentabilidade social, ambiental e econômica ao de “modernidade”, imposta ao campo pelo advento do neoliberalismo nas últimas décadas, no entanto, acabou estigmatizando como obsoleto e superado o modelo de produção familiar e, acima de tudo, a reforma agrária no país, avalia o ministro Luis Dulci.

“Continuamos vivendo este debate no Brasil, onde setores conservadores, as elites econômicas e a mídia querem rebaixar a reforma agrária à mera política compensatória, desqualificando-a como questão superada no processo histórico e não reconhecendo seu papel enquanto política estrutural. Acredito que o importante agora é travar um debate conceitual para fortalecer a cultura da reforma agrária”, explica o ministro.

Nesta direção, afirma o economista e diretor do Centro de Pesquisas sobre o Brasil da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris, Ignacy Sachs, existe uma teoria simplista amplamente difundida de que o problema do meio rural se resolve com a transferência do agricultor para a cidade, produzindo-se um campo sem homens, altamente tecnificado, com uma agricultura mecanizada, e reservas naturais para atender os problemas ambientais.

Este conceito, defendido inclusive por setores da ONU que acreditam na urbanização radical como saída dos problemas ambientais por exemplo na África, causou um êxodo forçado que jogou de 2 a 3 bilhões de ex-agricultores em favelas no mundo todo. “Mas ainda temos 42% da força de trabalho mundial no campo, portanto temos um imperativo social para o desenvolvimento rural. E não consigo imaginar uma sustentabilidade ambiental sem a intervenção do homem. Há que se fazer do agricultor familiar o guardião do meio ambiente; não se trata de deixar intocada a natureza, mas de fazer bom uso dela”, diz Sachs.

Trazer a reforma agrária, a agricultura familiar e o desenvolvimento rural para o centro da discussão sobre segurança alimentar e combate à fome, e desconstruir o discurso modernizador do agronegócio, por outro lado, é fundamental neste sentido, acredita Marina Silva. Segundo a ministra, há que se incluir no debate da sustentabilidade do campo o conceito de sustentabilidade ética, no sentido de que já se desenvolveu, na moderna agricultura, tecnologia o bastante para alimentar, na teoria, os 6 bilhões de habitantes do planeta. “Se 2 bilhões continuam passando fome, a questão não é tecnológica, é ética”, no sentido de que é preciso analisar os mecanismos de distribuição de renda e meios de subsistência, avalia Marina.

Participação social

Defendida pela FAO como questão imperativa para o avanço do debate sobre a reforma agrária, a participação dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil nesta conferência governamental deve ser um diferencial dos demais eventos da ONU. Prometendo fortalecer o debate preparatório e abrir espaços importantes para o diálogo na própria Conferência, Flavio Perri, Embaixador do Brasil na FAO, observou, porém, que o Brasil deve ter o debate mais avançado neste sentido.

Segundo Rogério Mauro, coordenador nacional do MST, o movimento e a Via Campesina ainda não fizeram uma avaliação oficial sobre a Conferência, a participação dos movimentos e os possíveis desdobramentos, mas, no momento, as expectativas são boas.

“Tratar novamente da reforma agrária [em uma conferência da ONU] depois de quase 26 anos prova que o capitalismo não só não deu conta de resolver a situação da fome, mas agravou o quadro e os problemas agrários nos países periféricos. Estes, ao escancarar as portas de sua agricultura, passaram a ser dominados pelos grandes grupos multinacionais que detêm o mercado de sementes, insumos e máquinas; que controlam o comércio e exportação dos produtos alimentícios e agrícolas nas grandes redes de supermercados, e condicionam de forma brutal a produção de alimentos”, avalia.

Mas, mesmo diante do tom positivo dos ministros na defesa da reforma agrária, os movimentos apresentaram seus questionamentos. Segundo Paulo Carallo, diretor nacional da Contag, o Brasil no governo Lula continuou apostando na ampliação do agronegócio com maiores investimentos, persiste o trabalho escravo e infantil, a violência no campo, “assim como aniquilamento de comunidades indígena, quilombolas e da nossa cultura camponesa. As comunidades estão sofrendo esses impactos, e percebemos a falta de vontade do Estado de assumir o seu papel. É incapaz de garantir educação voltada às realidades locais, segurança, saúde, e o desenvolvimento social e sustentável no meio rural não acontece. O Estado sempre investiu no agronegócio, e isto continua”, afirma Carallo.

Mauro cobra: “a reforma agrária precisa ser acompanhada por outras políticas públicas nacionais, crédito, seguro agrícola, agroindustrialização; precisa ser parte de um novo modelo de desenvolvimento econômico do país. Que resolva os problemas essenciais do nosso povo, como fome, exclusão, que ataque de frente de pendência externa. Queremos uma agricultura com gente. Queremos uma reforma agrária que aponte para uma nova relação do homem com a terra e o meio ambiente, e que distribua conhecimento e renda”.